

Revisitando os lutos inacabados do império*

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

I. Os legados do império: memórias, penitências, agendas

A reavistação das histórias imperiais e coloniais tem marcado tanto as agendas historiográficas como os debates públicos das sociedades europeias (e não só), ocupando um lugar importante nas discussões sobre identidades coletivas e imaginações (geo)políticas contemporâneas.¹ Vivemos numa «era das memórias» (Traverso, 2011). Inúmeras leis procuram governar e regular a memória, individual e coletiva, nacional, mas também global.² Vivemos ainda um período dominado por uma «política das exculpações», no qual o debate sobre as reparações, a «justiça transicional» e a importância dos «passados» na interpretação dos vários «presentes» e na imaginação e prescrição de «futuros» sobressai, mobilizando numerosos intervenientes com graus distintos de comprometimento político e ideológico e com modos distintos de interrogação ou instrumentalização histórica.³ A omnipresença de uma «viagem perpétua rumo a um passado pessoal», que está associada a um

* Este texto constitui uma versão revista e alargada de um outro publicado em Belchior, Ana Maria; Alves, Nuno de Almeida (orgs.) (2016), *Dos «anos quentes» à estabilidade democrática. Memória e ação política no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Mundos Sociais, 91-112.

¹ Nos Estados Unidos da América, a reavistação do passado imperial e colonial tem sido essencialmente historiográfica. Para os casos europeus, veja-se: Dard e Lefevre (orgs.) (2008), Tombs e Vaisse (orgs.) (2010), Eckert (2009) e Howe (2010). Veja-se ainda o texto recente de Rothermund (2014).

² Em França, a Lei de 23 de fevereiro de 2005, nos seus artigos 3.º e 4.º (este último retirado da lei em 2006), propunha sublinhar o papel dos «franceses repatriados» e inserir uma referência ao «papel positivo da presença francesa ultramarina, nomeadamente no Norte de África» nos programas escolares.

³ Para uma análise erudita que escapa à mera leitura política e politizada, veja-se Warner (2002; 2003; 2005). Para uma análise sobre o problema das reparações, veja-se Torpey (2006), sobretudo o capítulo v, para as «reparações pós-coloniais» na Namíbia e na África do Sul, e ainda Etamad (2008). Para um exemplo de três obras recentes sobre o problema da memória e das «transições» veja-se a recensão crítica de Naidu (2012).

fluxo torrencial de tentativas de definição de memórias coletivas – processo no qual o Estado desempenha um papel central, mas não exclusivo –, assinala «uma crise do futuro», uma incapacidade de imaginar coletivamente o amanhã, como refere Benjamin Stora.⁴

A «memória» e a «identidade» surgem muitas vezes como uma e a mesma coisa, operação de co-constituição e interpenetração que tem beneficiado de uma participação ativa de certas escolas, «paradigmas» e «epistemologias» oriundos do espaço académico. A privatização da memória, processo que merece investigações minuciosas e sistemáticas, e a predominante celebração do passado pessoal e auto-referencial, mas com pretensões de generalização, têm contribuído de modo direto e decisivo para o emergir de obstáculos sérios à produção de conhecimento histórico rigoroso. Ademais, como Alon Confino (1997: 1403) assinalou, o risco de estudarmos a «memória» a partir da sua própria justificação, ou seja, do modo como os indivíduos «constroem o passado através de um processo de apropriação e disputa», é enorme, exigindo um cuidadoso zelo metodológico. A distinção entre «memória como instrumento heurístico» e «memória enquanto equipamento mental de uma sociedade» é decisiva. Obscurecer esta distinção acarreta consequências nefastas, tanto do ponto de vista epistemológico como do prisma do político. Interrogar a memória nos seus enraizamentos sociais e históricos é fundamental, e requer aturadas e apuradas investigações que explorem, com métodos apropriados, o papel do Estado e de inúmeras instituições neste processo e a constituição de redes de relações sociais variadas.⁵ Por estas razões, a guerra das memórias, mesmo a alimentada pela indústria académica, não garante por si «uma resolução pacífica ou arbitragem mutuamente partilhada entre versões do passado em competição» (Stone, 2013: 155). Todos estes aspetos, tomados isoladamente ou em conjunto, constituem um poderoso desafio ao saber histórico. Os (cada vez mais indistintos) usos da história e da memória, incluindo os efetuados ou legitimados pelo mundo académico, exigem uma meticulosa e obstinada vigilância epistemológica.

Ao mesmo tempo, os debates sobre os espaços sociais, públicos e privados, da memória e da História, sobre a sua institucionalização nas escolas e nos museus, e sobre a sua oficialização, juridicalização e judicialização, têm vindo a ocorrer em vários pontos do globo: no Chile, com o escrutínio do regime de Pinochet; na

⁴ A própria historiografia parece padecer deste processo. O predomínio de uma lógica de investigação guiada pela comemoração e pela efeméride é notório. Ver Stora e Leclère (2007).

⁵ Veja-se ainda a leitura crítica do campo oferecida por Fritzsche (2001).

Argentina, com o caso das «mães da Praça de Maio» a assumir-se como o mais mediatizado mas não sendo o único; na África do Sul, com a contínua investigação sobre o sistema de Apartheid e suas consequências (com contornos que não podem ser separados do processo oficial de reconciliação); na Rússia, na Polónia e na Hungria, entre outros, a braços com o passado e os legados comunistas; na antiga Alemanha de Leste com a abertura dos arquivos da Stasi e suas revelações; em Espanha, relativamente ao Franquismo e à Guerra Civil; na Argélia, com a amnistia contida na lei de setembro de 2005 sobre o desenrolar da guerra civil, um processo que não pode ser desligado das suas articulações na antiga metrópole; no Reino Unido com o caso dos *Mau Mau*, mas também da Malásia, que recuperaremos a seguir. Como apontaram Henry Rousso (2007: 3-10) e Benjamin Stora (2008: 12), trata-se, de facto, de um processo memorial mundializado. Todos estes debates transcendem os contextos locais onde são gerados. Alguns destes locais são distintos, mas encontram-se, em vários níveis, fortemente vinculados: os antigos centros e as antigas periferias imperiais. Em todos os casos e países se destaca a judicialização da História e da sua memória.⁶ Igualmente importante é o facto de estas disputas do sentido histórico, e do papel que o passado imperial e colonial neste ocupam, estarem umbilicalmente ligadas a debates sobre a identidade nacional e, também, sobre o lugar que certos grupos sociais (e profissionais) nesta ocupam, sobre o papel que estes nela desempenham.

Neste contexto, abundam os «empreendedores da memória» individual e coletiva, que Elizabeth Jelin definiu como «os que procuram reconhecimento social e legitimação política de uma (a sua) interpretação ou narrativa do passado», definindo a sua ação pública e privada por esforços constantes de manutenção e promoção de «uma atenção política e social sobre o seu empreendimento» (2003: 33-34). Em muito semelhantes aos «empreendedores da moral», seus criadores e seus *enforcers*, tal qual definidos por Howard S. Becker, os «empreendedores da memória» mostram-se particularmente renitentes em participar num debate crítico, informado e plural.⁷ Tal como sucede com outros temas, esta situação é por de mais evidente no que diz respeito aos «empreendedores da memória» relacionados,

⁶ Veja-se o panorama global, organizado tematicamente (colonização e escravatura; «transições» democráticas; Shoah, massacres e genocídios), apresentado em Blanchard *et al.* (orgs.) (2008). Ver também Rousso (2007: 3-10) e Stora (2008: 12). Veja-se ainda uma excelente síntese em Stone (2012).

⁷ Essa característica dos «empreendedores da memória» conduziu Steve J. Stern a propor uma distinção entre estes e «memory knots». Veja-se Stern (2004). Para os «empreendedores da moral», veja-se Becker (1963).

direta ou indiretamente, com a história imperial e colonial. O caso dos *nostalgéiques* – os nostálgicos da Argélia colonial –, que abordaremos adiante, demonstra com clareza esta asserção, que pode, aliás, ser estendida sem dificuldade ao caso português. A concorrência para a administração do passado é intensa. Como veremos de seguida, através de uma breve incursão comparativa sobre vários casos europeus, as disputas públicas sobre a administração das memórias e dos legados dos passados imperiais e coloniais são inúmeras e multifacetadas e não poucas vezes concorrentes entre si.⁸

Em conjunto com os impactos vários, mais ou menos subliminares, mais ou menos evidentes, das trajetórias da descolonização – dos movimentos migratórios e de repatriação de natureza múltipla até à reconstrução de formas de identidade pós-colonial – a (re)descoberta dos lutos inacabados do império tem vindo a animar, de modo crescente mas heterogéneo, os debates memoriais e identitários nos espaços públicos das sociedades europeias, ainda que de modo diverso. «Casos de tribunal, acusações de racismo ou abusos históricos de direitos humanos, furores mediáticos, inquéritos oficiais e pronunciamentos políticos em conflito» sucedem-se. A combinação irregular de «cacofonia e silêncio» sobre os passados imperiais e coloniais, sempre marcada por «memórias seletivas» e instrumentais, predomina (Buettner, 2016: 424, 474).⁹ A ressonância das guerras da memória, da sua «cacofonia» e dos seus «silêncios», tem-se sentido de múltiplos modos, em variadas escalas – do nacional ao internacional –, em diferentes geografias (Stone, 2012: 726-727). Os «ecos do império», as múltiplas modalidades de apropriação, representação e uso instrumental dos passados imperiais, são elementos centrais nas lutas políticas contemporâneas, do jogo das identidades até às imaginações geopolíticas em contenda (Nicolaidis *et al.*, 2015).

⁸ Um rigoroso exercício comparativo está por fazer. Neste texto procuramos apenas identificar os principais tópicos de debate no contexto europeu, na maior parte centrados sobre as *memórias* da violência colonial e da descolonização.

⁹ Vejam-se ainda três volumes que abordam o problema de um modo mais vasto: Muller (2002), Lebow *et al.* (2006) e Pakier e Stråth (2010).

II. Antologias de horrores: pacificações, silêncios e silenciamentos

Os laboratórios do genocídio? A Alemanha e os seus impérios

Na Alemanha, um renovado interesse na história colonial do país espoletou, entre outras questões, um aceso debate sobre a violência extrema e os massacres nos territórios da atual Namíbia (outrora a *Deutsch-Südwestafrika*), por ocasião das revoltas das populações herero e nama. Provocou ainda uma importante controvérsia, que emergiu em 2004, sobre o impacto do seu lastro histórico na definição das políticas genocidas do regime nazi. Não só se procedeu a uma revisão crítica da natureza e funcionamento da expansão e consolidação coloniais, alargando os objetos de estudo e aperfeiçoando as linguagens e os métodos do seu estudo (Schaller, 2008: 296-324),¹⁰ como também se tem vindo a reapreciar a natureza e origens coloniais das nefastas políticas imperiais aplicadas na Europa sob o regime nazi, recuperando e aprimorando a contribuição de Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo*.¹¹ Como sucedeu em relação a outros aspetos (e outros casos históricos), os territórios coloniais teriam sido laboratórios de experimentação política e militar, espaços de teste e aperfeiçoamento de violentos repertórios de dominação e coerção. A lógica da administração coerciva e do extermínio das «populações problema», cujas origens remontam à supressão da revolta dos Herero em 1904-1907, contribuiu para a formação de uma cultura e um *ethos* militares específicos, geradores de práticas violentas institucionalizadas, cujas consequências perduraram na sociedade alemã (Hull, 2005).¹² As ditas guerras ou campanhas de pacificação foram, assim, momentos fulcrais do desenvolvimento histórico do *modus operandi* genocida, não apenas no caso alemão (von Trotha, 1999).

Num sentido mais amplo, para certos autores, a violência nazi resultou de uma complexa operação de síntese histórica de repertórios sociais próprios da modernidade, da emergência de regimes de vigência, regulação e punição até à

¹⁰ Para uma abordagem de síntese sobre a história colonial alemã veja-se Conrad (2012). Para um dos mais interessantes trabalhos sobre o projeto colonial alemão veja-se Steinmetz (2007).

¹¹ Para o debate veja-se Zimmerer (2004: 2005) e Madley (2005). Gerwarth e Malinowski (2009) apresentam uma visão mais matizada. Para uma excelente síntese da questão, veja-se Langbehn e Salama (orgs.) (2011). Para uma obra de fôlego que se apropria do debate veja-se Mazower (2013). Para um clássico das continuidades da ideologia imperial na história alemã, veja-se Smith (1986).

¹² Veja-se ainda Hull (2003), e Dederling (1999).

difusão do racismo científico, passando, evidentemente, pela moderna burocracia e pela industrialização (e massificação impessoal) da morte. No interior destes repertórios, a expansão imperial revelou-se fundamental. As colônias tornaram-se laboratórios das «fantasias de modernização» das elites europeias. A articulação entre a formulação de violentas e desumanas políticas da diferença e a imaginação de espaços vitais foi particularmente profícua no novo imperialismo, servindo de exemplo para esforços similares posteriores (Traverso, 2003).¹³ Da Rodésia britânica (com os Umvukela e os Chimurenga, 1896-1897) às Índias Orientais Holandesas (em Achém), passando pela conquista americana das Filipinas, os exemplos de «genocídios coloniais *fin-de-siècle*» são múltiplos e encontram paralelos nos processos de desintegração dos «impérios mundiais» euro-asiáticos (Levene, 2008).¹⁴ O «extermínio do todos os selvagens» manifestou-se em múltiplos contextos, com corolários desumanos similares (Lindqvist, 1996).

Como consequência, as historiografias do fascismo, do Holocausto, do genocídio comparado e do imperialismo e colonialismo têm sido obrigadas a dialogar, com benefícios mútuos.¹⁵ Os debates entre os paradigmas da similitude e da diferenciação, que postulam ora as semelhanças entre trajetórias genocidas ora o carácter único do Holocausto, têm-se aprimorado. O mesmo tem sucedido em relação às disputas entre os que colocam a ênfase analítica e explicativa na intencionalidade e na *agency* (incluindo do Estado) ou, pelo contrário, nas estruturas e nos processos sociais. As reflexões conceptuais – permeadas por inúmeros obstáculos – têm continuado a merecer especial atenção por todos os que procuram pensar o efeito destes debates nas modalidades contemporâneas de rememoração e esquecimento do passado, colonial ou não (Moses, 2002, 2008b; Moshman, 2001; Andreopolous, 1994).¹⁶ As conexões entre o *modus operandi* genocida que se abateu sobre as populações nativas nos mundos coloniais e o que acometeu as minorias étnicas ou religiosas no contexto europeu têm sido identificadas e analisadas por contribuições interdisciplinares diversas, ainda que nem sempre partindo das mesmas premissas ou chegando às mesmas conclusões (Gellately e Kiernan, 2003: 117-85).

Origens não são causas, como Arendt bem defendeu. O argumento de que o imperialismo europeu contribuiu, de múltiplos modos, para a criação de condições

¹³ Para uma excelente síntese da literatura sobre genocídio e modernidade, veja-se Moses (2008a). Para a relação entre o novo imperialismo e a imaginação geopolítica veja-se Jerónimo (2016).

¹⁴ Veja-se ainda Wolfe (2006) e Davis (2002).

¹⁵ Chalk e Jonassohn (1990), Gellately e Kiernan (orgs.) (2003) e Stone (org.) (2008).

¹⁶ Sobre o debate da excecionalidade veja-se Rosenbaum (2001).

propícias a que o Holocausto passasse a ser «pensável e executável», como notou Zimmerer, é bastante plausível. O Holocausto representou uma «forma de comportamento radical e extrema que não era desconhecida na história do colonialismo» (Zimmerer, 2005: 211). Transformou-se num «modelo de crueldade», um «código abstrato para a Maldade», a partir dos quais várias instâncias históricas de tragédia humana passaram a ser interrogadas, apesar de todos os riscos de anacronismo (Rothberg, 2009: 264, 229).¹⁷

Os termos definidos na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948, nomeadamente no seu artigo 2.º – os atos «cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso» – passaram a ser explorados historicamente, de modo comparativo, escapando aos limites da razão jurídica, questionando os argumentos de exceção e singularidade histórica e resistindo a discursos simplistas sobre a causalidade histórica (a favor ou contra a sua existência, a favor ou contra a sua importância para pensar as genealogias várias do genocídio). Como consequência, os debates sobre a história e as memórias do império colonial alemão, do nazismo e do Holocausto ficam mais fecundos e, apesar dos riscos de anacronismo ou banalização, mais rigorosos.

Investigar massacres na Holanda

Na Holanda, em junho de 2012, três das mais importantes instituições de investigação do país – o Instituto Real de Estudos do Sudeste Asiático e das Caraíbas, o Instituto para os Estudos sobre a Guerra, o Holocausto e o Genocídio, e o Instituto de História Militar – requereram apoio governamental para conduzir uma investigação de larga escala e apoiada por recursos avultados à conduta militar entre 1945 e 1949, tendo acontecimentos como os do massacre de Rawagedeh (hoje Balongsari), que ocorreu em 9 de dezembro de 1947, como objetos centrais. Em 2008, após queixas depositadas contra o Estado holandês por um sobrevivente e por nove viúvas, o Tribunal de Primeira Instância de Haia responsabilizou o Estado holandês e ordenou o pagamento de indemnizações aos queixosos. A 9 de dezembro do mesmo ano, o embaixador holandês na Indonésia deslocou-se a Balongsari para

¹⁷ Para uma reflexão conceptual e historiográfica sobre «memória», que toca na proposta de Rothberg, veja-se Ribeiro (2015).

apresentar desculpas oficiais pelo sucedido. A revisitação crítica do colonialismo, em particular da sua fase terminal, pelo menos do ponto de vista formal, contou-se como um dos resultados deste processo, tanto na academia como fora dela.¹⁸

Tal como sucedeu noutros contextos, nomeadamente o francês (sobretudo com a Argélia) e o português (com exceção da praticada sobre a comunidade branca), a violência da descolonização na Indonésia entre 1945 e 1949 tardou em ser parte integrante dos debates sobre a memória coletiva na Holanda. Um documentário de 1969 abriu a caixa de Pandora. A «política ética» e a «dívida de honra» que marcaram, com evidentes limitações, os discursos e as práticas políticas coloniais nas primeiras décadas do século vinte *não* resistiram aos ventos da mudança, e ao escrutínio público. Testemunhos como o do psicólogo Joop Hueting, que assumiu a sua participação em «crimes de guerra» (expressão com uma ressonância histórica séria), iniciaram uma torrente de confissões, acusações, negações, desculpabilizações, penitências. A publicação de uma *De Excessennota*, um relatório promovido pelo governo de então, com base apenas em documentos de Estado, acirrou os ânimos: como o próprio título do relatório indica, a violência fora resultado de «excessos», não de uma política militar e administrativa pensada e assim aplicada, fora resultado de comportamentos individuais, não de uma ação coletiva, institucional, decorrente de uma estratégia de «contra-subversão». Esta operação de relações públicas, que foi igualmente bem acolhida pelas elites indonésias, providenciou numerosos exemplos de condutas desumanas e foi bem-sucedida, controlando o impacto do assunto no espaço público holandês e indonésio, pelo menos até 1987-1988, 1995, 2011 e 2012, todos momentos em que problemas e debates semelhantes regressaram ao espaço público.¹⁹

Esta revisitação crítica foi reforçada por um outro processo fundamental: o do impacto, heterogéneo mas incisivo, dos migrantes pós-coloniais (qualificativo tomado num sentido meramente descritivo). A invocação do passado colonial no jogo das identidades políticas, nomeadamente as exigências do «reconhecimento e rememoração pública» desse passado, tornou-se recorrente. O declínio da pila- rização (*verzuiling*) – a estruturação da «vida individual e social em redor de linhas divisórias religiosas e ideológicas» (Buettner, 2016: 375-87) – acentuou-se, sendo que a questão memorial-colonial reforçou outros processos sociais, como por

¹⁸ Veja-se, por exemplo: Groen (2003), Frey (2003), Scagliola (2007), Lutikhuis e Moses (2012) e Bijl (2012).

¹⁹ Scagliola (2007: 248-49); Kuitenbrouwer (1996), Buettner (2016: 434-36). Veja-se ainda Romijn (1993), para o sucedido em 1987-1988, e Romijn (2012).

exemplo a aceleração da secularização. A (re)interpretação dos registos históricos da *Verenigde OostIndische Compagnie* (Companhia Holandesa das Índias Orientais), cujos «exemplos positivos» foram sugeridos pelo antigo primeiro ministro Jan Peter Balkenende, em 2006, e cujos quatro séculos de existência foram comemorados com uma dotação de 4,5 milhões de euros para uma Fundação (*Stichting Viering 400 jaar VOC*), e da *West-Indische Compagnie* (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais), menos conhecida mas significativamente envolvida no tráfico de escravos, animou este processo político. Ecoando debates da década de 70 e os ocorridos em 1998 a propósito do *Comité Herdenking Gevallen in NederlandsIndië* (Comité para a Evocação dos Mortos nas Índias Orientais), as disputas sobre o sentido da história colonial que precedeu a Segunda Guerra Mundial intensificaram-se, sendo acompanhadas pelas contendas sobre a violência associada ao colonialismo tardio. Como noutras sociedades, a cultura memorial holandesa está fortemente marcada pelos usos e sentidos da história e das experiências coloniais, que afetam sobremaneira o que Gert Oostindie chama de «culturalização da cidadania». As lutas pelo estabelecimento de um «cânone histórico» oficial, legítimo e vinculativo têm sido numerosas. Os esforços de inclusão de narrativas individuais e de grupos específicos nesse cânone por via da invocação do *seu* passado colonial têm-se multiplicado (Oostindie, 2011: 18, 130-35, 139, 159-60).

Italiani brava gente: da reparação à comemoração do império

Em Itália, em 2008, o então primeiro-ministro Silvio Berlusconi aceitou entregar reparações a Muammar Gaddafi pelas iniquidades cometidas durante trinta anos de domínio colonial na Líbia. Sintomático das contradições presentes nas diferentes memórias coloniais, a 11 de agosto de 2012 o chamado «carrasco da Líbia» e «carniceiro da Etiópia», Rodolfo Graziani, viu ser-lhe dedicado um memorial em Affile, pequena cidade da região de Lazio, governada pela extrema-direita. O General Graziani fora responsável pela captura e enforcamento do líder da resistência sanussi, Omar Mukhtar. Foi ainda o principal responsável pelos mais cruéis massacres na Líbia, por inúmeras execuções sumárias, pela tortura generalizada, por deportações em massa, pela criação de campos de concentração (por exemplo em Sirte e em al-Biar) e pelo uso de armas químicas (o uso de gás mostarda nas campanhas da Etiópia contra as tropas abissínicas em 1935-1936 é um exemplo conhecido). Tudo num contexto de uma *Cyrenaica pacificata*, título de um livro de

Graziani, datado de 1932. A pacificação fascista foi, em alguns aspetos, semelhante a outras pacificações. Como seria de esperar, este acontecimento gerou debates públicos inflamados, mostrando como o mito dos *italiani brava gente* perdura, apesar do registo histórico. A reabilitação do colonialismo adquire muitas formas, da persistência de um discurso colonial que sobreviveu ao fim do império até à celebração de um suposto heroísmo pacificador. Tal como na Alemanha, as ligações entre o laboratório colonial e as políticas fascistas têm vindo a ser exploradas, com benefícios significativos para as respetivas historiografias (Atkinson, 2003; Gooch, 2005).²⁰

Un autre regard sobre o Congo

Na Bélgica, a publicação de *Leopold's Ghost* de Adam Hochschild e de *De Moord op Lumumba* de Ludo De Witte, em 1998 e em 1999, respetivamente, suscitou uma animada discussão, rompendo com o tradicional silêncio em torno de questões associadas ao passado colonial. Já em 1986 e 1996, as obras de Daniel Vangroenweghe e de Jules Marchal tinham provocado intensas disputas.²¹ Marchal – um funcionário colonial no Congo Belga (1948-1960), conselheiro técnico no Congo-Zaire (1960-1967), diplomata belga na Libéria (1968-1969) e historiador, que assinou durante anos como A. M. Delathuy – voltou a iluminar os violentos e cruéis repertórios de exploração colonial postos em prática por Leopoldo II e pelos seus seguidores reafirmando, cerca de um século depois, a importância e veracidade das denúncias feitas por figuras como Roger Casement e E. D. Morel e por associações como a *Anti-Slavery and Aborigenes Protection Society* e a *Congo Reform Association*.²²

Em 2005, dois anos após a publicação do documentário de Peter Bate, *White King, Red Rubber, Black Death*, a realização da exposição *La mémoire du Congo: Le*

²⁰ Para uma excelente coleção de textos a propósito do caso italiano veja-se Palumbo (org.) (2003). Para os Sanussi, veja-se o clássico de Evans-Pritchard (1949), *The Sanussi of Cyrenaica*. Para os campos de concentração, veja-se Ottolenghi (1997). Para o mito dos *italiani brava gente* veja-se Del Boca (2003) e ainda Fogu (2006).

²¹ De Witte (2001); Raxhon (2008); Hochschild (2002); Vangroenweghe (1986); Marchal (1996a). Veja-se ainda Buettner (2016: 426-29).

²² Veja-se Marchal (2003; 2008). Sobre o Congo Reform Movement veja-se ainda Louis e Stengers (orgs.) (1968), e Marchal (1996b). Para uma boa apreciação geral veja-se Grant (2005). Para uma síntese recente, veja-se Stanard (2013).

temps colonial no *Musée royal de l'Afrique centrale*, em Tervuren, agitou ainda mais as águas. Como Adam Hochschild demonstrou nas páginas da *New York Review of Books*, em outubro de 2005, a exposição e o seu catálogo minimizavam a constância da violenta exploração das populações nativas, reportando a sua existência apenas ao período em que Leopoldo II foi o dono privado do Estado Livre do Congo, reforçando uma narrativa que atribui à violência colonial um carácter episódico, facilmente imputável a este ou aquele ator particular. Tal como sucedia e sucede em várias apreciações do caso português, os abusos eram e são considerados violações da lei, ou seja, exceções esporádicas. A legislação era e é apresentada como progressista e «humanitária», reproduzindo acriticamente discursos coevos. Tal como sucede em muitas análises «históricas» e «académicas» do passado colonial português, as «transações», os «contactos» e os «diálogos» são transformados em princípios organizadores do olhar histórico, naturalizando as relações sociais desiguais e a violência material e simbólica predominante, não excecional mas sim rotinizada, no contexto colonial.²³

O inegável declínio demográfico entre 1875 e 1930, calculado em quase 50% por investigadores de excelência como Jan Vansina, foi minimizado na exposição, sendo reduzido para cerca de 20%, de acordo com um suposto «consenso científico» (Hochschild, 2005).²⁴ A notória e maciça mortalidade nas comunidades africanas foi tomada como resultante de fatores como doenças e não apenas da brutalidade extrativa e assassina do regime colonial. Esta teria sido perpetrada por um número restrito de pessoas. Como se podia ler na brochura da exposição, numa secção intitulada «Genocide in the Congo?», a ideia de que um pequeno grupo de 400 europeus fora capaz de cometer um genocídio era desvalorizada. A ênfase colocada num argumentário assente em «estimativas populacionais», conscientemente formulado para «minimizar a natureza violenta» do Estado Independente do Congo e do Congo Belga não convenceu, todavia, todos os sectores. O uso da supostamente assética razão estatística, a contabilidade dos mortos que muitos querem passar por razão histórica, visou obscurecer, não revelar, a extensão da desumanidade

²³ Vellut (2005); Hochschild (2005). Veja-se ainda a troca de argumentos entre o coordenador da exposição, Jean-Luc Vellut, e Adam Hochschild, publicada em *The New York Review of Books*, 53(1), de 12 de janeiro de 2006.

Para o uso da legislação como instrumento central de legitimação imperial e desculpabilização política veja-se, para o caso Português, Jerónimo (2010).

²⁴ Estranhamente, os livros científicos usados para apoio à exposição aproximam-se da estimativa superior.

organizada (Gewald, 2006).²⁵ Tal como no caso alemão (e no português, insista-se), a memória e os debates contemporâneos na Bélgica foram profundamente condicionados por uma estratégia que passava por desacreditar a validade da apreciação histórica crítica pelo questionamento do número *exato* de mortes (Gewald, 2006: 483-84).²⁶ As operações de mistificação histórica suscitaram a produção de um guia alternativo, intitulado *Un autre regard sur Tervuren. Guide alternatif de l'exposition*, que identificava silêncios e silenciamentos e corrigia dados e interpretações (Busse-len, 2005).²⁷ A memória colonial belga surge assim despedaçada entre a «nostalgia e a vergonha», num processo que envolve ainda uma outra guerra memorial: a das memórias nacionais em competição numa Bélgica dividida (Bragard e Planche, 2009: 187).

Um outro caso que provocou exercícios de revisitação histórica do passado colonial prendeu-se com o genocídio, unanimemente reconhecido, do Ruanda em 1994, que viu o primeiro-ministro belga apresentar desculpas oficiais, em 2001, pelo envolvimento do país na catástrofe. Um dos exemplos de genocídio «total», segundo as Nações Unidas, o caso do Ruanda foi frequente e erroneamente tomado como o resultado de animosidades étnicas antigas entre os Tutsi e os Hutu. A verdade é que as origens coloniais dessa animosidade combinadas com «um Estado pós-colonial, uma ideologia racalista, uma revolução visando legitimação democrática e uma guerra» criaram as condições históricas modernas para a eclosão descontrolada da violência. O papel da «construção colonial» das etnias em questão, com a correspondente formação de uma política da diferença desigual – favorecendo uma elite tutsi e privando os Hutu de um mínimo de direitos sociais (prossequindo a política alemã precedente) –, desempenhou um papel decisivo. Por exemplo, o «sistema draconiano de trabalho forçado» foi maioritariamente suportado pelos Hutu. Os processos institucionais de tribalização e racialização da sociedade colonial acarretaram consequências profundas, definindo hierarquias sociais e regimes de compulsão vários, do trabalho forçado às culturas obrigatórias. A imaginação política e racial da diversidade cultural e comunitária que governou a estruturação social e civil colonial, e possibilitou as modalidades e repertórios de dominação e ordem coloniais, perdurou, condicionando as formas pós-coloniais de

²⁵ Veja-se a brochura em <http://www.congo2005.be/geheugen/brochureEN.pdf>, nomeadamente nas pp. 8-9. Veja-se ainda De Mul (2011).

²⁶ Para o caso alemão, veja-se Dederling (1993).

²⁷ Veja-se ainda Ewans (2003); Castryck (2010).

relacionamento entre grupos. Estados raciais asseguraram uma das muitas continuidades históricas entre os períodos coloniais e pós-coloniais (Melson, 2003: 326-28).²⁸

Como sintetizou Mahmood Mamdani (2001: 7), «as vítimas tornaram-se nos carrascos». Os processos de racialização da diferença no interior do regime colonial foram decisivos para a violência do genocídio, que constituiu um resultado de «planeamento e participação», ou seja, tanto resultou de estratégias de elites *génocidaires* como de iniciativas populares. A «lógica do colonialismo», nomeadamente a definição de uma «política da raça» (com a decisiva contribuição da Igreja católica e inspirada pela «hipótese hamita») (Mamdani, 2001: 7-10; 76-102), estimulou dois tipos de «impulsos genocidas», um associado à morte do nativo pelo colono (por exemplo no decorrer das campanhas de pacificação), o outro relacionado com o impulso nativo em suprimir o colono. Os «três silêncios» que Mamdani aponta em relação a este caso – os silêncios sobre a sua história (apontando a sua suposta excepcionalidade), sobre a *agency* do processo (o aspeto já referido do *locus* da responsabilidade e causalidade) e sobre a geografia do genocídio (o obscurecimento das dinâmicas regionais conducentes ao descalabro) – continuam a afetar os debates contemporâneos, incluindo aqueles sobre o passado colonial e os seus legados.²⁹ As recentes declarações, em abril de 2014, por ocasião do vigésimo aniversário do genocídio, do presidente ruandês Paul Kagame implicando de modo «direto» os governos francês e belga na «preparação política do genocídio», acusando ainda o primeiro na sua «efetiva execução», mostram como esta questão está longe de estar resolvida. Ademais, os lutos inacabados do império continuam a condicionar a vida política e a paz social nas antigas colónias. Os trabalhos da *Commission Nationale d'Unité et de Réconciliation*, criada em 1999 tendo como modelo o caso da África do Sul, continuam a enfrentar múltiplos obstáculos e a revelar-se incapazes de incorporar as memórias plurais da violência traumática, cujos efeitos quotidianos se continuam a sentir de múltiplas maneiras (Penketh, 2016).³⁰

²⁸ Para os regimes de compulsão, veja-se Mamdani (2001: 93-98). Para importantes abordagens do conflito, veja-se Prunier (1995) e Straus (2006). Para um balanço historiográfico, veja-se Straus (2008).

²⁹ Mamdani (2001: 7-10; 76-102) (*hipótese hamita* e processos coloniais de racialização, incluindo o papel da igreja). Para o papel da Igreja, veja-se Gatwa (2005) e Linden (1977). Sobre a «hipótese hamita», veja-se ainda Sanders (1969).

³⁰ Sobre as resistências ao programa de reconciliação, veja-se Thomson (2013).

Reverendo a *pax britannica*

No Reino Unido, onde é difícil argumentar que a questão colonial tenha sido alguma vez marginalizada no espaço público, os últimos anos têm, ainda assim, colocado a ênfase em aspetos relacionados com a violência estrutural do colonialismo tardio. O questionamento crítico de uma descolonização supostamente modelar tem imperado. Em 2005, dois livros marcaram o sentido e o tom do debate: Caroline Elkins publicou o seu *Britain's Gulag: The Brutal End of Empire in Kenya*, e David Anderson *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and the End of Empire*. Ambos os livros colocavam a «emergência» no Quênia, declarada em 1952 (com término em 1960), no centro dos debates sobre a memória imperial e colonial britânica, assunto, curiosamente ou não, sem lugar no panegírico imperial que Niall Ferguson publicou em 2003, *Empire: How Britain Made the Modern World*. As atrocidades no Quênia eram conhecidas, a sua dimensão não. As ocorrências nos campos de detenção e nas aldeias subjugadas, que ocupam Elkins (2005), e o papel dos tribunais nos julgamentos dos «suspeitos» *Mau Mau* – um exemplo perfeito da suspensão de um Estado de direito –, que merece o interesse dedicado de D. Anderson (2005; 2012), são indesmentíveis.³¹ Apesar dos reparos críticos profundos que podem ser efetuados, sobretudo em relação à obra de Elkins, acusada de depender em demasia dos testemunhos orais e de simplificar as ideologias e as políticas coloniais britânicas, ambos os livros marcaram o modo como o passado imperial tem sido pensado e debatido no Reino Unido na última década. A história imperial e colonial tem estado no banco dos réus. A *pax britannica*, que muitos continuam a reproduzir sem qualquer espírito crítico, tem estado sob intenso escrutínio, até para períodos mais recuados, como os vários movimentos *Rhodes must fall* demonstram. A abertura e a maior transparência do acesso aos espólios documentais têm contribuído para tal.³²

³¹ Elkins (2005) (note-se que nos Estados Unidos o título foi diferente: *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya*). Para uma excelente recensão dos dois livros, feita por um dos grandes especialistas da história imperial britânica, veja-se Porter (2005). Veja-se ainda, num vasto mundo de referências, Bennett (2007). Para as *dirty wars* do império britânico, com leituras mais matizadas do que a de Elkins, veja-se ainda Branch (2009), Grob-Fitzgibbon (2011) e Ferguson (2003). Para uma excelente crítica ao livro de Ferguson veja-se Porter (2003).

³² Para além de suscitar as reservas tradicionais, o uso de testemunhos orais neste caso gerou outras questões, bastante interessantes de um ponto de vista epistemológico, metodológico e analítico. Nos Kikuyu, como noutros povos africanos, os contos e a «história» são propriedade da comunidade. A apropriação de uma «história» alheia não é tomada como «um abominável acto de plágio», como refere Bernard Porter (2005).

Mais recentemente, os parentes de vinte e quatro malaios (de origem chinesa) que foram assassinados, estando desarmados, a 12 de dezembro de 1948 pela Guarda Escocesa, apresentaram uma petição à rainha de Inglaterra para que fosse apresentada uma desculpa oficial pelo governo, exigindo ainda uma indenização de 80 milhões de libras. O «Massacre de Batang Kali», como ficou conhecido, não podia ficar sem consequências. A causa dos queixosos foi reforçada pela admissão de responsabilidade culposa por parte de alguns militares e, aspeto igualmente decisivo, pela descoberta de que vasta e esclarecedora informação sobre as guerras e os conflitos coloniais fora escondida pelas instâncias oficiais. A imagem de um império benevolente fora reforçada por operações de limpeza documental patrocinadas pelo Foreign and Commonwealth Office.³³ A «doutrina» de *winning the hearts and minds of the people*, que tantos convenceu e continua a convencer, incluindo os operacionais do mundo académico, adquiriu assim novos contornos e dimensões, décadas após a sua formulação e uso em geografias e conflitos diversos. Um olhar crítico acerca desta «doutrina» não pode esquivar-se à demonstração inequívoca da fragilidade analítica dos argumentos que postulam o carácter episódico e individual, não sistémico, dos atos de violência nas «emergências» no Quênia e na Malásia (e, para todos os efeitos, nos restantes casos de conflito violento em contexto colonial). A defesa da sua importância ou predominância tem de responder aos factos históricos, que demonstram o contrário (Carruthers, 1995).

O «turbilhão memorial» em França

Também em França o debate sobre a história imperial e colonial tem ocupado um lugar central nas guerras da memória.³⁴ Em França, as guerras da memória

³³ Short (2010); Hack (2012). Sobre estes e outros casos, explore-se ainda Bayly e Harper (2007). Sobre a destruição e omissão de documentação, vejam-se os seguintes textos, inseridos na edição de *The Guardian* de 18 de abril de 2012: Ian Cobain *et al.*, «Britain destroyed records of colonial crimes»; Owen Bowcott, «Colonial Office files detail “eliminations” to choke Malayan insurgency»; Ian Cobain e Richard Norton-Taylor, «Sins of colonialists lay concealed for decades in secret archive»; e Caroline Elkins, «The colonial papers: FCO transparency is a carefully cultivated myth».

³⁴ Para o caso francês, veja-se o pioneiro trabalho de Lindenberg (1994), que elenca os principais objetos da guerra de memórias, e ainda Nicolaïdis (org.) (1994). Sobre o lugar do império nessas guerras, veja-se, entre outros citados nas notas seguintes: Hargreaves (2005), Blanchard *et al.* (orgs.) (2005), Bertrand (2006), Blanchard e Bancel (orgs.) (2006), Coquio (org.) (2008) e Coquery-Vidrovitch (2009). Veja-se ainda a recensão que Pierre Nora fez a este livro de Coquery-Vidrovitch em «La question coloniale: une histoire politisée»,

são múltiplas, envolvendo uma miríade de contextos e temas e uma variedade assinalável de estratégias de mediatização: dos manuais escolares à legislação (recorde-se a Lei de 23 de fevereiro de 2005, postulando a necessidade de valorização dos «aspetos positivos» da colonização francesa, que regressou ao espaço público recentemente),³⁵ passando pela estatúria e o monumental e pelo espaço digital. Ao lado de questões como a da eterna Revolução Francesa, a da participação francesa na história da escravatura global, a do *affaire Dreyfus*, a do colaboracionismo e do regime de Vichy, a da deportação de judeus em França, a das lealdades e dos alinhamentos ideológicos da Guerra Fria ou dos do «ano» de 1968, as questões da colonização e da descolonização estão no centro do «turbilhão memorial» que marca este «tempo do silêncio, tempo do testemunho, tempo do conhecimento e do reconhecimento político, tempo das guerras memoriais como forma de fazer entrar o passado no presente», como sintetiza Benjamin Stora (2008: 8).

A «arte de esquecer», de que falava Paul Ricoeur (2000; 2001), tem, ao mesmo tempo, sido apurada pela profusão de cerimónias de rememoração, crescentemente mediatizadas.³⁶ O papel da disciplina histórica tem sido, como no caso britânico, central. Na sequência dos usos e abusos decorrentes, foi criado o *Comité de vigilance face aux usages publics de l'histoire*, que visou precisamente a inquirição crítica dos usos públicos e políticos do saber histórico em França.³⁷ Ao mesmo tempo, o silenciamento do passado estende-se ao silenciamento da produção histórica e da iniciativa não-europeia, como o caso da revolução haitiana demonstra. Não se trata apenas de questionar a historiografia existente, as suas distorções e manipulações, os seus usos no espaço público. Trata-se de sublinhar os seus vazios, os seus silêncios, os seus esquecimentos (Stora e Leclère, 2007: 28-30; 34). A vigilância sobre os usos públicos e políticos do saber histórico deve, obviamente, ser acompanhada

Le Monde, 15 de outubro de 2011; e a de Guy Pervillé, «Réponse au livre de Catherine Coquery-Vidrovitch: Enjeux politiques de l'histoire coloniale (2012)», 6 de setembro de 2012, (consultado a 13-09-2014, em http://guy.perville.free.fr/spip/article.php3?id_article=282).

³⁵ Por exemplo, com a declaração de François Fillon sobre a colonização como «troca cultural» no *l'Express* de 31/08/2016; ou com o reconhecimento por François Hollande do «abandono» dos Harkis pela França, publicado na *Courrier International* de 26/09/2016.

³⁶ Vejam-se ainda os seguintes estudos, todos incluídos em Revault d'Allones e Azouvi (orgs.) (2004): Andris Breitling, «L'écriture de l'histoire: un acte de sépulture?» (recuperando a noção de Michel de Certeau) (237-45); Peter Kemp, «Mémoire et oubli: de Bergson à Ricoeur» (246-55); e François Dosse, «Lieux, travail, devoir de mémoire chez Paul Ricoeur» (256-70).

³⁷ Veja-se o site <http://cvuh.blogspot.com> (consultado a 04-10-2016). Consulte-se ainda Liauzu (2005).

pela vigilância constante sobre a produção de conhecimento histórico (Trouillot, 1995).³⁸

Se o passado imperial e colonial foi excluído de *Les lieux de la mémoire* organizados por Pierre Nora, que assim se transformaram também em *lieux d'oubli*s vários, tal não tem acontecido num passado recente. Apesar das inovações metodológicas e da riqueza empírica e analítica da obra, o *oubli* do passado colonial no clássico de Nora é indelével, e incompreensível. Como bem sintetizou Perry Anderson, «de que valem os lugares da memória que se esquecem de incluir Diên Biên Phu?» (2005: 53). Mais recentemente, os debates sobre a questão colonial têm sobressaído no mercado memorial: o *affaire Aussaresses*, marcado pela publicação das memórias do General Paul Aussaresses (2001), dos Serviços Especiais Franceses na Argélia, nas quais este assumia sem pejo o uso rotineiro de tortura e de execuções sumárias; a publicação do *Livro negro do colonialismo*, organizado por Marc Ferro (2003); o tema da memória da escravatura e dos seus legados, onde despontou o *affaire Olivier Pétré-Grenouilleau* (Pétré-Grenouilleau, 2004);³⁹ o caso da «antologia dos horrores coloniais» oferecida pela obra de Olivier Le Cour Grandmaison (2005), *Coloniser, exterminer. Sur la guerre et l'État colonial*, obra que tem tanto de esclarecedora como de exemplo de imperfeito escrutínio científico;⁴⁰ a Guerra da Argélia e, mais geralmente, o processo de descolonização;⁴¹ o caso da Lei de 23 de fevereiro de 2005 e do artigo n.º 4, que referimos de passagem anteriormente, sobre os efeitos «positivos» da presença ultramarina francesa, que deveriam ser sublinhados na formação dos estudantes (Manceron e Liauzu (orgs.), 2006; Manceron, 2008); o caso do *Musée Quai Branly*, cujo projeto foi rapidamente acusado de prolongar o olhar e os discursos coloniais;⁴² o tema das relações entre o passado imperial e colonial e as conflituosas geografias políticas e socioculturais urbanas em França, em muito promovido pela revolta das *banlieues* (Gueye, 2006); e os discursos de arrependimento ou de justificação, de Jacques Chirac a Nicolas Sarkozy, que levaram autores mais «conservadores» como Pascal Bruckner, um dos «novos filósofos», ou académicos como Daniel Lefeuvre, um dos maiores especialistas da Argélia (que se envolveu em várias disputas com Catherine Coquery-Vidrovitch), a questionar a obsessão

³⁸ Veja-se ainda Nesbitt (2005); Dorigny (2005).

³⁹ Vergès (2005; 2006; 2008). Para uma cronologia, veja-se Daireux (2006).

⁴⁰ Veja-se a apreciação crítica de Meynier e Vidal-Naquet (2005).

⁴¹ Horne (1977); Stora (1991); Alexander *et al.* (orgs.) (2002); Stora e Harbi (orgs.) (2004); Lazreg (2007); Brower (2009).

⁴² Entre outros, vejam-se Price (2007) e Dias (2008).

pelo «arrependimento colonial».⁴³ Mais recentemente, os trágicos acontecimentos de Paris e de Nice voltaram a ativar reflexões sobre as conexões coloniais e a violência no mundo contemporâneo.

Simultaneamente, o mito da «missão civilizadora da França», reforçado por uma política do esquecimento, resiste à demonstração histórica. E tem paralelos em Portugal.⁴⁴ Como se vê, o «luto inacabado do império colonial» é uma evidência.⁴⁵

III. Um caso exemplar: a sobriedade numa nave de loucos

Outro momento de significativa importância no contexto francófono é o caso da politização da comemoração do centenário do nascimento de Albert Camus, que revela a persistência do trauma argelino mas que desvela ainda outras guerras da memória.⁴⁶ Os esforços de recuperação, neutralização e utilização instrumental de Camus nas guerras da memória, tanto por parte dos nostálgicos do tempo colonial como por parte dos ativistas das guerras intelectuais do pós-guerra, vingaram. Os *nostalgériques*, com importante peso eleitoral em Aix-en-Provence (embora o generalizado argumento de que existe um «voto *pied-noir*» seja discutível) e com uma presença assinalável nos novéis meios de comunicação, sem dúvida condicionaram o processo. Os *nostalgériques* têm estado particularmente ativos no condicionamento de tudo o que se relacione com o passado imperial e colonial francês (Scioldo-Zürcher, 2010; 2012). Também na Argélia se procurou encerrar a

⁴³ O argumento de que existe uma tirania da penitência está próximo da ideia de que não vale a pena insistir sobre questões já suposta e sobejamente conhecidas. Ora, tal não sucede nem em França, muito menos em Portugal, onde o conhecimento do «terceiro» império colonial está longe de poder ser considerado esgotado. Bruckner (2006) recupera algumas ideias do seu *Le sanglot de l'homme blanc* (1983); Lefevre (2005; 2006). Sobre as disputas entre Lefevre e Coquery-Vidrovitch veja-se o texto do primeiro, «Les erreurs de Catherine Coquery-Vidrovitch», disponível em <http://www.blog-lefeuvre.com/?p=20>, que responde à crítica da segunda, disponível em <http://archive.is/dpBEv> (consultados a 04-10-2016). Para uma síntese veja-se Bancel e Blanchard (2008).

⁴⁴ Evidentemente, não procuramos argumentar no sentido da existência de uma política do esquecimento organizada.

⁴⁵ Título do primeiro capítulo da obra de Benjamin Stora e Thierry Leclère (2007).

⁴⁶ Para mais informações, veja-se Miguel Bandeira Jerónimo, «Albert Camus: Um homem irre recuperável», *Público*, 18 de novembro de 2013.

obra de Camus na questão imperial e colonial: círculos «intelectuais» argelinos bloquearam a chamada «caravana Camus», nomeada *Club Camus Méditerranée*, que deveria percorrer, em 2010, diversas cidades argelinas e francesas, com o intuito de difundir a obra camusiana. O argumento foi simples: a celebração da sua obra constituía uma suposta tentativa de reabilitação de discursos a favor de uma Argélia Francesa. Era essa a mensagem da petição «Alerte aux consciences anticolonialistes».

O *dictum* camusiano «nem carrasco, nem vítima» incomodou e incomoda vários círculos, fora e dentro da academia. Após dois comissários (Benjamin Stora e Michel Onfray) e dois títulos com impacto (*Albert Camus, l'étranger qui nous ressemble*, no primeiro caso, e *Albert Camus, un homme révolté*, no segundo), a exposição comemorativa acabou com uma designação inócua: *Albert Camus, citoyen du monde*. O objetivo foi claro: evitar incomodar os «vigilantes» e os «empreendedores» da História, da memória e das identidades nacionais e imperiais, e sossegar as guardas pretorianas intelectuais, fora e dentro da academia. A cedência às disputas presentes pela reapropriação, administração e instrumentalização dos legados do passado e pelos usos da memória ficou cabalmente demonstrada. A situação foi pacificada. Aguardemos, de qualquer modo, as manipulações várias da descoberta do seu ficheiro no FBI, criado em 1946 e assinado por John Edgar Hoover, que decerto se equipararão às que se abateram aquando do debate suscitado pela entrega do prémio Nobel a Camus. Hoover, assim como o agente James Tierney, que seguiu Camus com zelo na sua jornada americana, declararam o pensador franco-argelino o «escritor mais audacioso da sua geração». Sem ele, nomeadamente por causa dos seus escritos no *Combat*, a «escrita da resistência» não teria sido a mesma.⁴⁷

Numa declaração que poderia ser facilmente utilizada para abordar outras realidades políticas e académicas, em França como em Portugal, Onfray afirmou que a sua exclusão se devia a um conjunto de fatores facilmente identificáveis: «As intrigas das redes, a cumplicidade de antigos combatentes de extrema-esquerda reconvertidos ao oportunismo social-democrata, a morgue da impotência universitária, a parvoíce de um ministro confundindo uso público das dotações e punição ideológica, a frouxidão dos institucionais da cultura». A *Nave dos loucos* de Bosch, com a sua esmerada alegoria dos costumes e dos valores epocais da viragem do século xv para o xvi, serviu de metáfora perfeita para descrever os acontecimentos

⁴⁷ Sobre o ficheiro do FBI, veja-se Gay-Crosier e Spiquel-Courdille (orgs.) (2013).

que conduziram à sua recusa.⁴⁸ Todo o caso Camus, de facto, demonstra a multiplicidade de guerras da memória e de conflitos de longa duração que atravessam a sociedade francesa e, em determinados momentos históricos, se articularam e relacionaram.

Eis outra dimensão relevante: este caso patenteia ainda os traços dominantes da razão comunicacional contemporânea que sobressaem da substituição de Stora por Onfray. O académico pouco conhecido do «grande público», supostamente caracterizado por um certo «cinzentismo» mediático, foi substituído por um frenético candidato a um lugar na aristocracia mediática francesa, ocupada por figuras como Alain Duhamel (o «cardeal»), Bernard-Henri Lévy, Laurent Joffrin, Christophe Barbier, Jacques Marseille ou Jacques Attali, esse catálogo de processadores de informação simplificada, de marcadores de uma moral e de ideias consumíveis pela «pessoa comum» da «opinião pública». As relações entre o campo académico e o campo político e o jornalístico são ambíguas. Se, por um lado, o cinzentismo académico é recusado, por outro, a aura da academia ainda é mobilizada publicamente como um garante de (suposta) equidistância crítica face à espuma dos dias. Mas há um outro aspeto interessante em jogo neste caso. Numa análise que seria interessante reproduzir em Portugal, Monna Challet e os seus colegas descreveram bem o processo de controlo da editorialização da realidade, suas causas e suas consequências, bem como o papel que desempenha na administração do passado. Neste mundo de *maîtres du prêt-à-penser* e de editocratas, Camus não teria tido lugar.⁴⁹

Como afirmou Henri Guaino a propósito de uma comparação entre Sartre e Camus (que deve ser lida essencialmente como uma apreciação do modo como os seguidores de pensadores sistémicos como Sartre interpretam Camus sobretudo de forma política): «Sarte dá respostas. Camus formula questões. Sartre procura construir um sistema de pensamento. Camus afirma: “O que me interessa é saber como é que nos devemos comportar”». Infelizmente, as palavras de Agnès Spiquel, presidente da *Société des Études Camusiennes*, ao *Le Monde* em setembro de 2012 são bem mais apropriadas: «Eles não leem Camus, servem-se dele».⁵⁰

⁴⁸ *Le Monde*, 17 de setembro de 2012.

⁴⁹ Em Portugal, a participação de jornalistas no mercado das memórias imperiais e coloniais tem facilitado o debate público desses temas mas tem, sem dúvida, condicionado o modo como este é enquadrado. Challet *et al.* (2009).

⁵⁰ Entrevista a Henri Guaino (e a Benjamin Stora), *Le Figaro Littéraire*, 24 de outubro de 2013, 2-3. Palavras de Agnès Spiquel no *Le Monde*, 15 de setembro de 2012.

IV. Enfrentar os vazios e os silêncios, e as mistificações

Em Portugal, as reflexões sobre o império colonial e os seus multifacetados legados, tanto na sociedade portuguesa como nas nascidas da desintegração desse mesmo império, são escassas, apesar de este cenário estar a mudar, com promissores sinais de esforço comparativo e de recusa dos nacionalismos metodológico e epistemológico ainda reinantes. As especificidades do caso português têm sido e vão continuar a ser questionadas, a sua suposta excecionalidade confrontada, o passado e o legado nacionais e imperiais mais bem interrogados e compreendidos, por exemplo no que diz respeito à questão das «relações raciais», à questão do «trabalho indígena» ou ao fim do império.⁵¹

No entanto, muitas das reflexões sobre o império colonial e os seus legados existentes no espaço público têm sido dominadas por exercícios memorialísticos, de qualidade questionável e de ainda mais duvidoso benefício para a consolidação de um conhecimento plural, mas rigoroso, sobre o assunto. Ou seja, sem que possamos declarar que já existe um corpo sólido de investigações sobre os principais eventos e processos históricos que marcaram a existência do dito «terceiro» império colonial, existe já um mercado diversificado, e assaz mediatizado, de memórias do império. A obsessão com o testemunho ou com a memória, tanto na academia como para lá dos seus muros, tem riscos elevados. Por um lado, requer uma vigilância epistemológica e metodológica contínua, sob pena de servir apenas para a consagração coletiva de memórias privadas, individuais e de grupos específicos, com poder de mediatização da sua narrativa. Por outro, aspeto igualmente preocupante, prolonga o estado de relativa amnésia coletiva, tanto em relação ao império colonial como aos seus efetivos legados políticos, económicos e socioculturais. É fundamental persistir na distinção entre memória, exercício de sacralização e mistificação voluntária e involuntária das recordações, e História, formação disciplinar *savante* que recorre a um discurso crítico, com método, com limitações verificáveis. Como sintetiza Dimitri Nicolaïdis, «o conhecimento é uma coisa, a memória é outra. O primeiro fala-nos da verdade, a segunda da identidade» (1994: 10). Não pode ser

⁵¹ Para dois exemplos coletivos recentes veja-se Jerónimo (org.) (2012a) e Domingos e Peralta (orgs.) (2013). Para a questão das «relações raciais» veja-se Jerónimo (2012b) e Curto (2013). Este último texto deve ser lido em conjunto com a obra prévia do autor, por exemplo, Curto (2011). Para a questão do «trabalho indígena» veja-se Jerónimo (2010) e Jerónimo e Monteiro (2013). Sobre o fim do império e a guerra colonial veja-se Pinto (2009); Ribeiro (2002; 2004), Ribeiro e Ferreira (orgs.) (2003); Jerónimo e Pinto (2015). Veja-se ainda o já clássico *A memória da nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (1991).

a segunda a governar a primeira. É isso que sucede com frequência em Portugal, onde os «empreendedores da memória», alguns deles navegando entre a academia e interesses privados e corporativos identificados, têm determinado o ritmo e o conteúdo das reflexões coletivas sobre os passados imperiais e coloniais, nos jornais, na televisão, no mercado livreiro e na internet.

Algumas décadas após a mudança de regime político, o desafio continua a ser o de criar condições para que a disciplina histórica (e outras ciências sociais e humanas) possam produzir conhecimento rigoroso, sejam menos pródigas na reprodução de histórias oficiais, sejam mais resistentes aos fenómenos de politização presentista e identitária, mais imunes a apropriações ideológicas várias, enfim, mais autónomas frente às inúmeras polícias e políticas da memória que procuram governar, e condicionar, o estudo do passado e dos legados imperiais e coloniais. É imperioso romper, de facto, não por mera declaração teórica ou programática, com períodos em que essa rutura epistemológica foi mais difícil de operar. A hagiografia, a instrumentalização política, o policiamento da memória e da identidade, a política do esquecimento e da negação predominaram na historiografia do império durante décadas. Processos semelhantes ocorrem hoje, assumindo outras formas que é fundamental identificar e descodificar. Ora, ao contrário do que tem sucedido, em menor ou maior grau, na maioria dos casos nacionais apresentados anteriormente, o debate público sobre o passado e os legados imperiais em Portugal tem sido essencialmente conduzido sem a presença crítica constante de todos os que se debruçam, de modo disciplinado, sobre o assunto. O caso português caracteriza-se por um peso desmesurado de uma memória dos afetos, do testemunho pessoal, marcado pela instrumentalização do dramático, do singular, do acontecimento, do familiar, do pessoal e intransmissível, inquestionável e propensa a todo o tipo de usos e exclusões. Por um lado, a memória dos afetos não está sujeita a critérios básicos de verificação. Por outro, devido às circunstâncias específicas do mercado académico e do espaço público portugueses – a sua dimensão, a sua cultura institucional e política – a memória dos afetos adquire, erradamente, um estatuto de putativo testemunho ou relato histórico, provocando a ilusão de que todas as narrativas históricas são cientificamente válidas e, deste modo, comparáveis, equivalentes. Não são.

Outro aspeto importante é a persistência de narrativas de excecionalidade colonial: o imperialismo e o colonialismo excecionais, a violência excecional, a civilização excecional, as relações sociais em contexto colonial excecionais, a benevolência e o paternalismo excecionais. Nada que não suceda, com variações, noutros

casos, como vimos com as doutrinas da *pax britannica* ou da *mission civilisatrice* em França. A diferença está no lugar, na importância (quantitativa e qualitativa) e no impacto público das investigações submetidas aos crivos essenciais da atividade científica, mesmo com todas as suas limitações. Em Portugal, em cada um desses aspetos há muito por fazer. Talvez mais preocupante: é da própria academia que provêm argumentos de proclamação da excecionalidade imperial lusa, gizados pelos oportunistas *spin doctors* da identidade, da memória, posteriormente incorporadas nas suas receitas de «estratégia» nacionais, sempre atentos às recompensas de uma leitura laudatória e comemorativa do passado e disponíveis para valorizar «heróis», «grandes homens», «nobres instituições», «inequívocos patriotas». A continuada promoção das putativas virtudes da «missão civilizadora» que o país teria assumido no seu projeto imperial e colonial (por exemplo, a propagação da língua, da religião católica ou das instituições e arquiteturas lusas) é disso exemplo. A mobilização, passada e presente, do argumentário lusotropicalista e das supostas aptidões colonizadoras especiais dos portugueses, imunes, no geral, a projetos de exploração económica e destituídas de princípios raciais de (di)visão do mundo, é outro⁵².

O mesmo sucede com a exemplaridade do comportamento do Estado colonial e do seu aparelho coercivo, supostamente apenas abalada por acontecimentos esporádicos de suspensão dos mais elementares princípios de um Estado de Direito.⁵³ O nível e o sentido das reações ao dossiê que o jornal *Público* publicou, em 2012, sobre o império colonial português, nomeadamente sobre o cruel e metódico massacre da sanzala Mihinjo, exemplarmente descrito pelo historiador António Araújo, são um exemplo deste facto. Algumas das reações provieram do interior da academia, apressadas e baseadas em graves e suspeitos erros de facto, de leitura e de análise, com um oportunismo e um zelo próprio de relações públicas de instituições e interesses organizados. O negacionismo e formas várias de desvalorização desculpabilizante estão, de facto, a uma distância curta, ainda que por vezes revestidos de uma suposta cientificidade.⁵⁴

A vigilância sobre a produção, disseminação, institucionalização e oficialização de memórias individuais e coletivas, ou individuais feitas coletivas, é um imperativo

⁵² Recuperamos aqui o que escrevemos no jornal *Público* a 28 de agosto de 2013.

⁵³ Veja-se, para o caso da Primeira Grande Guerra, Miguel Bandeira Jerónimo, «Os choques da civilização: testemunhos, horrores e silêncios», *Público*, 5 de Setembro de 2014.

⁵⁴ Para o texto de António Araújo veja-se Araújo (2012: 37-57). Para o dossiê e algumas reações vejam-se a edição do jornal *Público* de 17 de dezembro de 2012.

ético e intelectual. A privatização e a tribalização de memórias específicas, no sentido da equação de uma memória com um dado grupo ou comunidade, que exclui o princípio e o ideal de uma memória partilhada e representativa, é, evidentemente, um processo social com óbvias e indesejáveis consequências. A tribalização da memória e da identidade, a tribalização da História e a tribalização do político são processos paralelos, que é mister evitar. O mesmo cuidado é requerido com a produção, disseminação, institucionalização e oficialização do saber histórico, ou qualquer outro saber disciplinado das ciências sociais e humanas. Os riscos de mistificação, mitificação e amnésia abundam, face à miríade de empreendedores, publicistas e ativistas devotos que por aí pululam, ainda por cima recompensados por Estados que se sentem amiúde tentados a instrumentalizar o *ativismo memorial* que se instalou para efeitos vários: políticos, económicos, sociais e culturais.⁵⁵

Referências bibliográficas

- Alexander, Martin S. *et al.* (orgs.) (2002), *The Algerian War and the French Army, 1954-62: Experiences, Images, Testimonies*. Abingdon: Palgrave Macmillan.
- Anderson, David (2005), *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and the End of Empire*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Anderson, David (2012), «British Abuse and Torture in Kenya's Counter-Insurgency, 1952-1960», *Small Wars & Insurgencies*, 23(4-5), 700-19.
- Anderson, Perry (2005), *La Pensée tiède. Un regard critique sur la culture française*. Paris: Seuil.
- Andreopolous, George J. (org.) (1994), *Genocide: Conceptual and Historical Dimensions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Araújo, António (2012), «Sanzala Mihinjo, Abril de 1961», in Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *O império colonial em questão*. Lisboa: Edições 70, 37-57.
- Atkinson, David (2003), «Nomadic Strategies and Colonial Governance: Domination and resistance in Cyrenaica, 1923-1932», in Ronan Paddison *et al.*, *Entanglements of Power: Geographies of Domination/Resistance*. London: Routledge, 93-121.
- Aussaresses, Paul (2001), *Services spéciaux: Algérie, 1955-1957*. Paris: Perrin.
- Bancel, Nicolas; Blanchard, Pascal (2008), «La colonisation: du débat sur la guerre d'Algérie au discours de Dakar», in P. Blanchard; Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les guerres de*

⁵⁵ Não se procura aqui propor, de modo simplista, uma distinção nítida entre história e memória. Veja-se Traverso (2005); Manceron e Liauzu (orgs.) (2006).

- mémoires. La France et son histoire. Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 137-54.
- Bayly, Christopher; Harper, Tim (2007), *Forgotten Wars: Freedom and Revolution in Southeast Asia*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Becker, Howard S. (1963), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.
- Belchior, Ana; Alves, Nuno de Almeida (orgs.) (2016), *Dos «anos quentes» à estabilidade democrática. Memória e ação política no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Mundos Sociais: 91-112.
- Bennett, Huw (2007), «The Other Side of the COIN: Minimum and Exemplary Force in British Army Counterinsurgency in Kenya», *Small Wars & Insurgencies*, 18(4), 638-64.
- Bertrand, Romain (2006), *Mémoires d'empire: La controverse autour du «fait colonial»*. Bellecombe en Bauges: Éditions de Croquant.
- Bethencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (orgs.) (1991), *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Bijl, Paul (2012), «Colonial Memory and Forgetting in the Netherlands and Indonesia», *Journal of Genocide Research*, 14(3-4), 441-61.
- Blanchard, Pascal *et al.* (orgs.) (2008), «Les guerres de mémoires dans le monde», *Hermès*, 52.
- Blanchard, Pascal; Bancel, Nicolas (orgs.) (2006), *Culture post-coloniale 1961-2006. Traces et mémoires coloniales en France*. Paris: Autrement.
- Blanchard, Pascal *et al.* (orgs.) (2005), *La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris: La Découverte.
- Bloxham, Donald; Moses, A. Dirk (orgs.) (2010), *The Oxford Handbook of Genocide Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Bragard, Véronique; Planche, Stéphanie (2009), «Museum Practices and the Belgian Colonial Past: Questioning the Memories of an Ambivalent Metropole», *African and Black Diaspora*, 2(2), 181-91.
- Branch, Daniel (2009), *Defeating Mau Mau, Creating Kenya: Counterinsurgency, Civil War, and Decolonization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brower, Benjamin C. (2009), *A Desert Named Peace: The Violence of France's Empire in the Algerian Sahara, 1844-1902*. New York: Columbia University Press.
- Bruckner, Pascal (1983), *Le sanglot de l'homme blanc*. Paris: Seuil.
- Bruckner, Pascal (2006), *La tyrannie de la pénitence. Essai sur le masochisme occidental*. Paris: Grasset.
- Buettner, Elizabeth (2016), *Europe after Empire: Decolonization, Society and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Busselen, Tony (2005), *Un autre regard sur l'Histoire Congolaise. Guide alternatif de l'exposition de Tervuren*. <http://www.deboutcongolais.info/histoire-du-congo.pdf>, consultado em 6/10/2016.
- Carruthers, Susan L. (1995), *Winning Hearts and Minds: British Governments, the Media and Colonial Counter-Insurgency, 1944-1960*. London: Leicester University Press.

- Castryck, Geert (2010), «Whose History is History? Singularities and Dualities of the Public Debate on Belgian Colonialism», in Sven Mörsdorf (org.), *Being a Historian: Opportunities and Responsibilities, Past and Present*. Pisa: CLIOHRES.net, 1-18.
- Challet, Monna et al. (2009), *Les editocrates. Ou comment parler de (presque) tout en racontant (vraiment) n'importe quoi*. Paris: La Découverte.
- Chalk, Frank; Jonassohn, Kurt (1990), *The History and Sociology of Genocide*. New Haven / London: Yale University Press.
- Confino, Alon (1997), «Collective Memory and Cultural History: Problems of Method», *The American Historical Review*, 102(5), 1386-1403.
- Conrad, Sebastian (2012), *German Colonialism: A Short History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (2009), *Enjeux politiques de l'histoire coloniale*. Paris: Agone.
- Coquio, Catherine (org.) (2008), *Retours du colonial? Disculpation et réhabilitation de l'histoire coloniale*. Nantes: L'Atalante.
- Curto, Diogo Ramada (2011), «Uma história conservadora do Império marítimo português?», in C. R. Boxer, *O Império marítimo português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, I-XVI.
- Curto, Diogo Ramada (2013), «The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer's Position», *E-journal of Portuguese History*, 11(1).
- D'Allones, Myriam Revault; Azouvi, François (orgs.) (2004), *Ricoeur. Cahier de L'Herne*. Paris, Éditions de l'Herne.
- Daireux, Luc, «L'Affaire Olivier Pétré-Grenouilleau. Éléments de chronologie». Disponível em <http://www.clionautes.org/spip.php?article925> (consultado a 13 de Setembro de 2014).
- Dard, Olivier; Lefevre, Daniel (orgs.) (2008), *L'Europe face à son passé colonial*. Paris: Rive-neuve éditions.
- Davis, Mike (2002), *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. London: Verso.
- De Mul, Sarah (2011), «The Holocaust as a Paradigm for the Congo Atrocities: Adam Hochschild's *King Leopold's Ghost*», *Criticism*, 53(4), 587-606.
- De Witte, Ludo (2001), *O Assassinato de Lumumba*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Dedering, Tilman (1999), «“A Certain Rigorous Treatment of All Parts of the Nation”: The Annihilation of the Herero in German South West Africa, 1904», in Mark Levene; Penny Roberts (orgs.), *The Massacre in History*. Oxford & London: Berghahn Books, 205-22.
- Dedering, Tilman (1993), «The German-Herero War of 1904: Revisionism of Genocide or Imaginary Historiography?», *Journal of Southern African Studies*, 19(1), 80-88.
- Del Boca, Angelo (2003), *Italiani, brava gente?* S.l.: Neri Pozza.
- Dias, Nélia (2008), «Double Erasures: Rewriting the Past at the Musée du Quai Branly», *Social Anthropology*, 16(3), 300-11.
- Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (orgs.) (2013), *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

- Dorigny, Marcel (2005), «Aux origines: l'indépendance d'Haiti et son occultation», in Pascal Blanchard et al. (orgs.), *La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris: La Découverte, 47-57.
- Eckert, Andreas (2009), «Colonialism in the European Memory», *euro | topics*. Consultado a 13/09/2014, em <http://archiv.eurotopics.net/en/home/presseschau/archiv/magazin/geschichte-verteilerseite-neu/europaeische-nationalgeschichten-2008-05/apuz-eckert-kolonialismus/1>
- Elkins, Caroline (2005), *Britain's Gulag: The Brutal End of Empire in Kenya*. London: Jonathan Cape.
- Etemad, Bouda (2008), *Crimes et réparations. L'Occident face à son passé colonial*. Bruxelles: André Versaille.
- Evans-Pritchard, E. (1949), *The Sanussi of Cyrenaica*. Oxford: Clarendon Press.
- Ewans, Martin (2003), «Belgium and the Colonial Experience», *Journal of Contemporary European Studies*, 11(2), 167-80.
- Ferguson, Niall (2003), *Empire: How Britain Made the Modern World*. London: Allen Lane.
- Ferro, Marc (org.) (2003), *Le Livre noir du colonialisme*. Paris: Robert Laffont.
- Fogu, Claudio (2006), «Italiani brava gente: The Legacy of Fascist Historical Culture on Italian Politics of Memory», in Richard Ned Lebow et al. (orgs.), *The Politics of Memory in Postwar Europe*. Durham / London: Duke University Press, 147-76.
- Frey, Marc (2003), «The Indonesian Revolution and the Fall of the Dutch Empire: Actors, Factors, and Strategies», in Marc Frey et al. (orgs.), *The Transformation of Southeast Asia: International Perspectives on Decolonization*. New York: M. E. Sharpe, 83-104.
- Fritzsche, Peter (2001), «The Case of Modern Memory», *The Journal of Modern History*, 73(1), 87-117.
- Gay-Crosier, Raymond; Spiquel-Courdille, Agnès (orgs.) (2013), *Camus. Cahier de L'Herne*, 103, 109-16.
- Gatwa, Tharcisse (2005), *The Churches and Ethnic Ideology in the Rwandan Crises (1900-1994)*. Bletchley, Milton Keynes: Paternoster/Regnum Books International.
- Gellately, Robert; Kiernan, Ben (orgs.) (2003), *The Specter of Genocide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gerwarth, Robert; Malinowski, Stephan (2009), «Hannah Arendt's Ghosts: Reflections on the Disputable Path from Windhoek to Auschwitz», *Central European History*, 42(2), 279-300.
- Gewald, Jan-Bart (2006), «Review Essay: More than Red Rubber and Figures Alone: A Critical Appraisal of the Memory of the Congo Exhibition at the Royal Museum for Central Africa, Tervuren, Belgium», *The International Journal of African Historical Studies*, 39(3), 471-86.
- Gooch, John (2005), «Re-conquest and Suppression: Fascist Italy's Pacification of Libya and Ethiopia, 1922-39», *The Journal of Strategic Studies*, 28(6), 1005-1032.
- Grandmaison, Olivier Le Cour (2005), *Coloniser, exterminer. Sur la guerre et l'État colonial*. Paris: Fayard.

- Grant, Kevin (2005), *A Civilized Savagery: Britain and the New Slaveries in Africa, 1884-1926*, New York: Routledge, 39-78.
- Grob-Fitzgibbon, Benjamin (2011), *Imperial Endgame: Britain's Dirty Wars and the End of Empire*. London: Palgrave Macmillan.
- Groen, Petra M.H. (2003), «Militant Response: The Dutch Use of Military Force and the Decolonization of the Dutch East Indies, 1945-50», *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 21(3), 30-44.
- Gueye, Abdoulaye (2006), «The Colony Strikes Back: African Protest Movements in Postcolonial France», *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 26(2), 225-42.
- Hack, Karl (2012), «Everyone Lived in Fear: Malaya and the British Way of Counter-Insurgency», *Small Wars & Insurgencies*, 23(4-5), 671-99.
- Hargreaves, Alec G. (2005), *Memory, Empire, and Postcolonialism: Legacies of French Colonialism*. Lanham: Lexington Books.
- Hochschild, Adam (2002), *O fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África Colonial*. Lisboa: Caminho.
- Hochschild, Adam (2005), «In the Heart of Darkness», *The New York Review of Books*, 52(15), 6 de outubro.
- Horne, Alistair (1977), *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962*, New York: Viking.
- Howe, Stephen (2010), «Colonising and Exterminating? Memories of Imperial Violence in Britain and France», *Histoire@Politique*, (11), 1-12. Consultado a 13/09/2014, em <http://www.cairn.info/revue-histoire-politique-2010-2-page-12.htm>.
- Hull, Isabel V. (2003), «Military Culture and the Production of “Final Solutions” in the Colonies: The Example of Wilhelminian Germany», in Robert Gellately; Ben Kiernan, (orgs.), *The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 144-62.
- Hull, Isabel V. (2005), *Absolute Destruction: Military Culture and the Practices of War in Imperial Germany*. Ithaca/ New York: Cornell University Press.
- Jelin, Elizabeth (2003), *State Repression and the Labors of Memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2010), *Livros brancos, almas negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (org.) (2012a), *O império colonial em questão*. Lisboa: Edições 70.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2012b), «The “Civilisation Guild”: Race and Labour in the Third Portuguese Empire, c. 1870-1930», in Francisco Bethencourt; A. J. Pearce (orgs.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-speaking World*. New York: Oxford University Press, 173-99.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2016), «Visões globais: a imaginação política dos Estados-império», in Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos sobre a globalização*. Lisboa: Edições 70, 165-98.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Monteiro, José Pedro (2013), «Internationalism and the Labours of the Portuguese Colonial Empire (1945-1974)», *Portuguese Studies*, 29(2), 142-163.

- Jerónimo, Miguel Bandeira; António Costa Pinto (2015), «Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal», in Dietmar Rothmund (org.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*. Oxford: Oxford University Press, 97-119.
- Kuitenbrouwer, Maarten (1996), «The Never-Ending Debt of Honour: The Dutch in the Post-Colonial World», *Itinerario*, 20(2), 20-42.
- Langbehn, Volker; Salama, Mohammad (orgs.) (2011), *German Colonialism: Race, the Holocaust, and Postwar Germany*. New York: Columbia University Press.
- Lazreg, Marnia (2007), *Torture and the Twilight of Empire: From Algiers to Baghdad*. Princeton: Princeton University Press.
- Lebow, Richard Ned et al. (orgs.) (2006), *The Politics of Memory in Postwar Europe*. Durham: Duke University Press.
- Lefevre, Daniel (2005), *Chère Algérie. La France et sa colonie, 1930-1962*. Paris: Flammarion.
- Lefevre, Daniel (2006), *Pour en finir avec la repentance coloniale*. Paris: Flammarion.
- Levene, Mark (2008), «Empires, Native Peoples, and Genocide», in A. Dirk Moses (org.), *Empire, Colony, Genocide, Conquest, Occupation, and Subaltern Resistance in World History*. New York: Berghahn Books, 183-204.
- Liauzu, Claude (2005), «Les historiens saisis par les guerres de mémoires coloniales», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 52-54, 99-109.
- Linden, Ian (1977), *Church and Revolution in Rwanda*. Manchester: Manchester University Press.
- Lindenberg, Daniel (1994), «Guerres de mémoire en France», *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 42(1), 77-96.
- Lindqvist, Sven (1996), «*Exterminate All the Brutes*»: *One Man's Odyssey into the Heart of Darkness and the Origins of European Genocide*. New York: The New Press.
- Louis, William Roger; Stengers, Jean (orgs.) (1968), *E. D. Morel's History of the Congo Reform Movement*. Oxford: Clarendon.
- Luttikhuis, Bart; Moses, A. Dirk (2012), «Mass Violence and the End of the Dutch Colonial Empire in Indonesia», *Journal of Genocide Research*, 14(3-4), 257-76.
- Madley, Benjamin (2005), «From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe», *European History Quarterly*, 35(3), 429-464.
- Mamdani, Mahmood (2001), *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*. Princeton: Princeton University Press.
- Manceron, Gilles (2008), «La loi: régulateur ou acteur des guerres de mémoires?», in Pascal Blanchard; Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les guerres de mémoires. La France et son histoire. Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 241-51.
- Manceron, Gilles; Liauzu, Claude (orgs.) (2006), *La colonisation, la loi et l'histoire*. Paris: Syllepse.

- Marchal, Jules (1996a), *L'État libre du Congo: Paradis perdu. L'histoire du Congo 1876-1900* (2 vols.). Borghue: Éditions Paula Bellings.
- Marchal, Jules (1996b), *E. D. Morel contre Léopold II: L'Histoire du Congo 1900-1910*. Paris: L'Harmattan.
- Marchal, Jules (2003), *Forced Labor in the Gold and Copper Mines: A History of Congo under Belgian rule, 1910-1945*. Popenguine-Senegal: Per Ankh.
- Marchal, Jules (2008), *Lord Leverhulme's Ghosts: Colonial Exploitation in the Congo*. London: Verso.
- Mazower, Mark (2013), *O império de Hitler: O domínio nazi na Europa ocupada*. Lisboa: Edições 70.
- Meynier, Gilbert; Vidal-Naquet, Pierre (2005), «Coloniser, exterminer: des vérités bonnes à dire à l'art de la simplification idéologique», *Esprit*, 162-77.
- Melson, Robert (2003), «Modern Genocide in Rwanda: Ideology, Revolution, War, and Mass Murder in an African State», in Robert Gellately; Ben Kiernan (orgs.), *The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 325-33.
- Moses, Dirk (2002), «Conceptual Blockages and Definitional Dilemmas in the Racial Century: Genocide of Indigenous Peoples and the Holocaust», *Patterns of Prejudice*, 36(4), 7-36.
- Moses, Dirk (2008a), «Genocide and Modernity», in Dan Stone (org.), *The Historiography of Genocide*. Houndmills: Palgrave MacMillan, 156-93.
- Moses, Dirk (2008b), «Empire, Colony, Genocide: Keywords and the Philosophy of History», in A. Dirk Moses (org.), *Empire, Colony, Genocide: Conquest, Occupation, and Subaltern Resistance in World History*. New York / Oxford: Berghahn Books, 3-54.
- Moshman, David (2001) «Conceptual Constraints on Thinking about Genocide», *Journal of Genocide Research*, 3(3), 431-50.
- Müller, Jan-Werner (org.) (2002), *Memory and Power in Post-War Europe: Studies in the Presence of the Past*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Naidu, Ereshnee (2012), «Memory Beyond Transitions: The Role of Memory in Long-Term Social Reconstruction», *International Journal of Transitional Justice*, 6(1), 161-71.
- Nesbitt, Nick (2005), «The Idea of 1804», *Yale French Studies*, 107, 6-38;
- Nicolaïdis, Dimitri (org.) (1994), «Oublier nos crimes: L'amnésie nationale: une spécificité française?», *L'Autrement*, 144.
- Nicolaïdis, Kalpyso et al. (orgs.) (2015), *Echoes of Empire: Memory, Identity and Colonial Legacies*. London: I.B. Tauris.
- Oostindie, Gert (2011), *Postcolonial Netherlands: Sixty-Five Years of Forgetting, Commemorating, Silencing*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Ottolenghi, Gustavo (1997), *Gli Italiani e il colonialismo: I campi di detenzione Italiani in Africa*. Milano: Sugarco.
- Pakier, Małgorzata; Stråth, Bo (orgs.) (2010), *A European Memory? Contested Histories and Politics of Remembrance*. New York: Berghahn Books.

- Palumbo, Patrizia (org.) (2003), *A Place in the Sun. Africa in Italian Colonial Culture from Post-Unification to the Present*. Berkeley: University of California Press.
- Penketh, Anne (2016), «Rwandan President Accuses France of Direct Role in 1994 Genocide», *The Guardian*, 6 de abril.
- Pétre-Grenouilleau, Olivier (2004), *Les traites négrières. Essai d'histoire globale*. Paris: Gallimard.
- Pinto, António Costa (2009), «La fin de l'Empire portugais», in Olivier Dard e Daniel Lefeuvre (orgs.), *L'Europe face à son passé colonial*. Paris: Riveneuve, 197-218.
- Porter, Andrew (2003), «Review of *Empire: How Britain Made the Modern World*», *Reviews in History*. Consultado em 13/09/2014, em <http://www.history.ac.uk/reviews/review/325>.
- Porter, Bernard (2005), «How Did They Get Away with It?», *London Review of Books*, 27(5), 3-6.
- Price, Sally (2007), *Paris Primitive: Jacques Chirac's Museum on the Quai Branly*. Chicago: University of Chicago Press.
- Prunier, Gerard (1995), *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*. New York: Columbia University Press.
- Raxhon, Ph. (2008), «La commission Lumumba», in Oliver Dard; Daniel Lefeuvre (orgs.), *L'Europe face à son passé colonial*. Paris: Riveneuve, 319-46.
- Revault d'Allones, Myriam; Azouvi, François (orgs.) (2004), *Ricoeur. Cahier de L'Herne*. Paris, Éditions de l'Herne.
- Ribeiro, António Sousa (2015), «Memória», in Walter Rossa; Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: IUC, 81-94.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2002), «Empire, Colonial Wars and Post-colonialism in Portuguese Contemporary Imagination», *Portuguese Studies*, 17, 132-214.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Ana Paula Ferreira (orgs.) (2003), *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.
- Ricoeur, Paul (2000), *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, Paul (2001), *Histoire et vérité*. Paris: Seuil.
- Romijn, Peter (1993), «Myth and Understanding: Recent Controversy about Dutch Historiography on the Netherlands-Indonesia Conflict», in Robert S. Kirsner (org.), *The Low Countries and Beyond*. Lanham: University Press of America, 219-29.
- Romijn, Peter (2012), «Learning on "the Job": Dutch War Volunteers Entering the Indonesian War of Independence, 1945-46», *Journal of Genocide Research*, 14(3-4), 317-336.
- Rosenbaum, Alan S. (org.) (2001), *Is the Holocaust Unique? Perspectives on Comparative Genocide*. Boulder, CO: Westview Press.
- Rothberg, Michael (2009), *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press.
- Rothermund, Dietmar (2014), «Memories of Post-imperial Nations: Silences and Concerns», *India Quarterly: A Journal of International Affairs*, 70(1), 59-70.

- Rouso, Henry (2007), «Vers une mondialisation de la mémoire», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 94(2), 3-10.
- Sanders, Edith R. (1969), «The Hamitic Hypothesis; Its Origin and Functions in Time Perspective», *The Journal of African History*, 10(4), 521-32.
- Scagliola, Stef (2007), «The Silences and Myths of a “Dirty War”: Coming to Terms with the Dutch-Indonesian Decolonization War (1945-1949)», *European Review of History-Revue européenne d'Histoire*, 14(2), 235-62.
- Schaller, Dominik J. (2008), «From Conquest to Genocide: Colonial Rule in German Southwest Africa and German East Africa», in A. Dirk Moses (org.), *Empire, Colony, Genocide: Conquest, Occupation, and Subaltern Resistance in World History*. New York: Berghahn Books, 296-324.
- Scioldo-Zürcher, Yann (2012), «Memory and Influence on the Web: French Colonial Repatriates from 1950 to the Present», *Social Science Information*, 51(4), 475-501.
- Scioldo-Zürcher, Yann (2010), *Devenir métropolitain. Politique d'intégration et parcours de rapatriés d'Algérie en métropole (1954-2005)*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Short, Anthony (2010), «The Malayan Emergency and the Batang Kali Incident», *Asian Affairs*, 41(3), 337-54.
- Smith, Woodruff D. (1986), *The Ideological Origins of Nazi Imperialism*. New York: Oxford University Press.
- Stanard, Matthew (2013), «Violence and Empire: The Curious Case of Belgium and the Congo», in Robert Aldrich; Kirsten McKenzie (orgs.), *The Routledge History of Western Empires*. Abingdon/Oxon: Routledge, 454-67.
- Steinmetz, George (2007), *The Devil's Handwriting: Precoloniality and the German Colonial State in Qingdao, Samoa, and Southwest Africa*. Chicago: University of Chicago Press.
- Stern, Steve J. (2004), *Remembering Pinochet's Chile: On the Eve of London 1998*. Durham: Duke University Press.
- Stone, Dan (org.) (2008), *The Historiography of Genocide*. New York: Palgrave-McMillan.
- Stone, Dan (2012), «Memory Wars in the «New Europe», in Dan Stone (org.), *The Oxford Handbook of Postwar European History*. Oxford: Oxford University Press, 714-31.
- Stone, Dan (2013), «Genocide and Memory», in Dan Stone (org.), *The Holocaust, Fascism and Memory. Essays in the History of Ideas*. Houndmills/Basingstoke: Palgrave MacMillan, 143-56.
- Stora, Benjamin (1991), *La gangrène et l'oubli. La mémoire de la guerre d'Algérie*. Paris: La Découverte.
- Stora, Benjamin (2008), «La France et “ses” guerres de mémoires», in Pascal Blanchard, Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les guerres de mémoires. La France et son histoire. Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 7-13.
- Stora, Benjamin; Harbi, M. (orgs.) (2004), *La Guerre d'Algérie; 1954-2004, la fin de l'amnésie*. Paris: Robert Laffont.

- Stora, Benjamin; Leclère, Thierry (2007), *La guerre des mémoires. La France face à son passé colonial. Entretiens avec Thierry Leclère*. Paris: Éditions de L'Aube.
- Straus, Scott (2006), *The Order of Genocide: Race, Power, and War in Rwanda*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- Straus, Scott (2008), «Historiography of the Rwandan Genocide», in Dan Stone (org.), *The Historiography of Genocide*. New York: Palgrave-McMillan, 517-42.
- Thomson, Susan (2013), *Whispering Truth to Power: Everyday Resistance to Reconciliation in Rwanda*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Tombs, Robert; Vaisse, Maurice (orgs.) (2010), *L'Histoire coloniale en débat en France et en Grande-Bretagne*. Bruxelles: Éditions André Versaille.
- Torpey, John (2006), *Making Whole What has Been Smashed: On Reparations Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Traverso, Enzo (2003), *The Origins of Nazi Violence*. New York: New Press.
- Traverso, Enzo (2005) *Le Passé, mode d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique Éditions.
- Traverso, Enzo (2011), *L'Histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XX^e siècle*. Paris: La Découverte.
- Trouillot, Michel-Rolph (1995), *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.
- Vangroenweghe, Daniel (1986), *Du sang sur les lianes*. Bruxelles: Hatier.
- Vergès, Françoise (2005), «Les troubles de la mémoire: traite négrière, esclavage, et écriture de l'histoire», *Cahiers d'Études Africaines*, 179-180, 1143-1178.
- Vergès, Françoise (2006), *La mémoire enchaîné. Questions sur l'esclavage*. Paris: Albin Michel.
- Vergès, Françoise (2008), «Esclavage colonial: quelles mémoires? Quels héritages?», in Pascal Blanchard, Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les guerres de mémoires. La France et son histoire. Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 155-64.
- Trotha, Trutz von (1999), «“The Fellows Can Just Starve”. On Wars of “Pacification” in the African Colonies of Imperial Germany and the Concept of “Total War”», in Manfred F. Boemeke et al. (orgs.), *Anticipating Total War: The German and American Experiences, 1871-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 415-35.
- Warner, Marina (2005), «Who's Sorry Now? Personal Stories, Public Apologies», in Nicholas Bamforth (org.), *Sex Rights: The Oxford Amnesty Lectures 2002*. Oxford: Oxford University Press.
- Warner, Marina (2002), «Sorry: The present State of Apology», *openDemocracy*, 07 de novembro. Consultado a 29/08/2013, em http://www.opendemocracy.net/democracy-apologypolitics/article_603.jsp.
- Warner, Marina (2003), «Who's Sorry Now: What Apology Means in the Modern World», *Times Literary Supplement*, 1 de agosto, 10-13.

- Wolfe, Patrick (2006), «Settler Colonialism and the Elimination of the Native», *Journal of Genocide Research*, 8(4), 387-410.
- Zimmerer, Jürgen (2004), «Colonialism and the Holocaust: Towards an Archaeology of Genocide», in A. Dirk Moses (org.), *Genocide and Settler Society: Frontier Violence and Stolen Indigenous Children in Australian History*. New York/Oxford: Berghahn Books, 49-76.
- Zimmerer, Jürgen (2005), «The Birth of the Ostland out of the Spirit of Colonialism: A Postcolonial Perspective on the Nazi Policy of Conquest and Extermination», *Patterns of Prejudice*, 39(2), 197-219.

Título: GEOMETRIAS DA MEMÓRIA: CONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS

Organizadores: António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro

© 2016, Edições Afrontamento e Autores

Capa: Departamento gráfico | Edições Afrontamento

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

memoirs.ces.uc.pt Centro de Estudos Sociais | Universidade de Coimbra

Colégio da Graça | Rua da Sofia, n.º 136

Apartado 3087 | 3000-995 Coimbra | Portugal

T: +351 239 855 570 | F: + 351 239 855 589 | memoirs@ces.uc.pt

ISBN: 978-972-36-1525-8

Colecção: Memoirs – Filhos de Império | 1

Depósito legal: 418142/16

N.º edição: 1746

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2016